



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTROS DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA
INFÂNCIA E JUVENTUDE E DA EDUCAÇÃO

INFORMATIVO CONJUNTO CAOPIJ / CAOP Educação nº 01/2019

OS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DA EDUCAÇÃO encaminham o presente informativo com o escopo de orientar os órgãos de execução com atuação na defesa da Infância e Juventude e Educação, na atuação integrada diante dos inúmeros casos de Sarampo, notadamente diante da obrigatoriedade da apresentação da caderneta de vacinação, para fins de cadastro, matrícula e renovação da matrícula dos alunos nos estabelecimentos de ensino público ou privado no âmbito do Estado de Pernambuco, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, *caput*, e a Lei nº 8.069/90, em seu art. 4º, *caput*, estabelecem, como dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, dentre outros, os direitos referentes à saúde e à educação;

CONSIDERANDO que o estatuto protetivo determina que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (art. 5º, Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que o do §1º do art 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a obrigatoriedade da vacinação das crianças, nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO que incumbe aos pais os deveres de sustento, guarda e educação dos filhos menores, nos termos do art. 22 do ECA;

CONSIDERANDO ser dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente (art. 70, *caput*, do ECA);

CONSIDERANDO que constitui infração administrativa, prevista no art. 249 do ECA, a conduta de descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 13.770, de 18 de maio de 2009¹, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da caderneta de vacinação para fins de cadastro, matrícula e renovação da matrícula dos alunos nos

¹ <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=2778&tipo=TEXTOORIGINAL>

estabelecimentos de ensino público ou privado no âmbito do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO que a citada lei dispõe, em seu art. 1º, que a apresentação da Carteira de Vacinação constitui requisito obrigatório para o cadastro, a matrícula ou renovação desta nas instituições de ensino públicas ou privadas, até a 9º (nona) série do ensino fundamental, no âmbito do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO que a não apresentação da Carteira de Vacinação não impedirá o cadastro, a matrícula ou a renovação da matrícula da criança, concedendo o prazo de 06 (seis) meses aos responsáveis legais para regularizar a Carteira de Vacinação, bem como as vacinas obrigatórias que estejam atrasadas e reapresentá-la perante a instituição de ensino, nos termos do art. 2º, §1º, da Lei Estadual nº 13.770/2009;

CONSIDERANDO que o mesmo dispositivo legal prescreve, em seu §2º, que “caso os responsáveis legais não apresentem a Carteira de Vacinação ou não regularizem as vacinas obrigatórias no prazo de 06 meses, deverá a escola notificar os responsáveis legais para fazê-lo e, se no prazo de 30 dias, a situação não for regularizada perante a instituição de ensino, esta, obrigatoriamente, deverá comunicar o fato ao Conselho Tutelar e/ou ao Ministério Público Estadual”;

CONSIDERANDO o teor da Instrução Normativa SEE Nº 007/2017², da Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco (SEE), que estabelece procedimentos e normas para a realização do Cadastro Escolar e da Matrícula do(a) estudante, na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO que a mencionada normativa elenca, em seu art. 20, inc. VII, elenca a cópia da carteira de vacinação para estudantes do Ensino Fundamental como um dos documentos de apresentação obrigatória para a efetivação da matrícula (Lei Estadual nº 13.770 de 18/05/2009);

CONSIDERANDO as notícias veiculadas nos meios de comunicação, dando conta do baixo índice de vacinação obrigatória em crianças e adolescentes, o que tem acarretado o reaparecimento de doenças graves tidas como erradicadas³, inclusive com a morte, por sarampo, de um adolescente, no mês de junho, e de um bebê de 07 (sete) meses, há dois dias, no município de Taquaritinga do Norte/PE e a iminência de eventual surto da doença neste Estado;

CONSIDERANDO que a obrigatoriedade de vacinar os filhos, os tutelados ou os curatelados, independentemente das razões invocadas, sobrepõe-se à autonomia dos seus responsáveis legais, já que tal autonomia jamais poderá representar prejuízo em relação aos interesses maiores inafastáveis disciplinados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente;

Encaminham o presente INFORMATIVO, com o escopo de orientar os órgãos de execução com atuação na defesa da Infância e Juventude e Educação, apresentando a seguinte sugestão de atuação:

2 [http://200.238.105.211/cadernos/2018/20180119/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20180119\).pdf](http://200.238.105.211/cadernos/2018/20180119/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20180119).pdf)

3 <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45750-cresce-18-numero-de-casos-de-sarampo-no-brasil>

A. Marcar reunião com toda a rede (saúde, ação social, educação e conselho tutelar) objetivando atuação integrada, inclusive com as Promotorias das cidadanias local (quando não se tratar de comarca única, usando-se como parâmetro o contido no artigo 6º da Recomendação CNMP nº 64/2018), para, além do cumprimento das diretrizes apresentadas na minuta de recomendação disponibilizada pelo CAOP Saúde, e exigirem:

1. autuação individualizada dos procedimentos de acompanhamento em curso nos Conselhos Tutelares, exigindo-se a juntada do cartão de vacina;

2. que sejam a secretaria de educação municipal e a GRE Regional instada a instruírem os diretores/gestores para que, após levantamento de eventual inobservância às diretrizes da lei estadual nº 13.710/2009, seja o caso comunicado ao Conselho Tutelar;

3. no caso de não vacinação, após esgotadas todas as intervenções da rede de articulação, e considerando que não é uma decisão inerente à autonomia dos representantes legais dos filhos, dos tutelados, dos acolhidos e dos curatelados, seja instaurado procedimento administrativo no âmbito do Ministério Público para as devidas providências, trazendo neste particular, a seguinte Ementa:

PODER FAMILIAR VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA AÇÃO PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA IMPOR AOS PAIS A OBRIGAÇÃO DE PROCEDER À VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA DE FILHO MENOR SENTENÇA QUE NÃO RECONHECE A OBRIGAÇÃO, SOB O FUNDAMENTO DA EXISTÊNCIA DE RISCO CONCRETO DA VACINAÇÃO, DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR, BEM COMO DA INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OBRIGAÇÃO DOS PAIS DE PROCEDER À VACINAÇÃO DE FILHOS MENORES QUE DECORRE DE NORMA DE ORDEM PÚBLICA INEXISTÊNCIA CONCRETA DE PROVAS A INDICAR O RISCO EM SE PROCEDER À VACINAÇÃO ORGANISMOS INTERNACIONAIS QUE RECONHECEM A INEXISTÊNCIA DE RISCO GRAVE E DE BENEFÍCIOS COM A VACINAÇÃO NORMATIZAÇÃO A INDICAR QUE A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA INTEGRA CONJUNTO DE REGRAS DE ORDEM PÚBLICA, TUTELA NÃO SÓ A SAÚDE DA CRIANÇA, MAS TAMBÉM DA COLETIVIDADE NEGATIVA À VACINAÇÃO QUE CONSTITUI INFRAÇÃO SANITÁRIA CONFLITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS QUE DEVE SER DECIDIDO PELA PREVALÊNCIA DOS INTERESSES DA CRIANÇA E DE SUA SAÚDE, BEM COMO DA COLETIVIDADE LIBERDADE FILOSÓFICA E RELIGIOSA QUE NÃO TEM CARÁTER ABSOLUTO QUANDO ATINGEM TERCEIROS OBRIGAÇÃO DOS GENITORES DE REGULARIZAR A VACINAÇÃO POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO PODER FAMILIAR PARA A REGULARIZAÇÃO DA VACINAÇÃO DA CRIANÇA PELO CONSELHO TUTELAR RECUSA DOS PAIS EM CUMPRIR A DETERMINAÇÃO JUDICIAL QUE DEVE SER SUPRIDA POR MEIO DA BUSCA E APREENSÃO DA CRIANÇA E SEU ENCAMINHAMENTO A SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE PARA A REGULARIZAÇÃO VACINAL RECURSO PROVIDO PARA JULGAR PROCEDENTE A AÇÃO (TJSP APELAÇÃO Nº 1003284-83.2017.8.26.0428).

Recife, 06 de setembro de 2019.

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Coordenador CAOPIJ

Sérgio Gadelha Souto
Coordenador CAOP Educação

Maria Thereza N. de Miranda Medeiros
Analista Ministerial CAOPIJ